



PSICOLINGÜÍSTICA – Estudo dirigido II

Estudo dirigido sobre o capítulo: “Linguagem e cultura”; Lyons, John;
Linguagem e lingüística, uma introdução, Rio de Janeiro, Guanabara, 1992

1. Que distinção você faria, se fizesse, entre uma abordagem biológica e uma abordagem cultural do estudo da linguagem?

Partindo do princípio que a abordagem biológica (ou genética) defende a opinião de que o ser humano nasce com estruturas inatas capazes de passar por um processo de amadurecimento que as torna hábeis na articulação e uso da fala, não podemos prescindir da sua importância. Além disso, ao considerarmos a definição de cultura, fornecida pelo texto, entenderemos que sendo o “(...) *conhecimento adquirido socialmente: isto é, como o conhecimento que uma pessoa tem em virtude de ser membro de uma determinada sociedade.*” (LYONS, 1992, cap. “LINGUAGEM E...””) faz-nos refletir sobre o papel do ambiente no processo de amadurecimento acima citado, uma vez que “(...) *o conhecimento da própria língua é culturalmente transmitido: é adquirido, embora não necessariamente aprendido, (...)*” (op. cit.), poderemos concluir que a abordagem cultural exerce uma ação “modeladora” sobre o processo de aquisição do conhecimento não podendo, portanto, ser desconsiderada ou, por demais, enaltecida quando analisada juntamente com a abordagem biológica; vendo deste modo, ambas as abordagens devem ser entendidas como necessariamente complementares, no tocante a aquisição do conhecimento.

2. Discuta a validade da noção de possibilidade de codificação e sua importância para as teses de (a) relatividade lingüística e (b) determinismo lingüístico.

Segundo Sapir e Whorf, o processo de codificação por eles defendidos combina o “(...) *determinismo lingüístico [“A linguagem determina o pensamento”] com relatividade lingüística [“Não há limites para a diversidade estrutural das línguas”].*” (op. cit.), deste modo vinculam a capacidade de distinção e experimentação da realidade conceitual e sensorial à necessidade da existência prévia de códigos estabelecidos pelo contexto social através de um sistema de linguagem. Afirmam também que tais sistemas desfrutam de uma exclusividade que determina a incompatibilidade com outros sistemas, o que em última análise, significaria dizer que



os conceitos de um determinado grupo social não seria compreendido por outro. Este pensamento que se tornou conhecido como “hipótese de Sapir-Whorf” encontra fragilidades em sua lógica quando notamos que embora grupos sociais diferentes falem a mesma língua não possuem, no entanto, a mesma visão do mundo, o que, *per si*, cria uma instabilidade à tese do determinismo lingüístico. Talvez o elemento diferencial aqui seja o fato de que componentes sócio-culturais exercem uma influência significativa sobre os aspectos filosóficos que tais conceitos complexos, como tempo, espaço, matéria, etc, possuem. Por sua vez, ao levarmos em conta a tese do relativismo lingüístico vamos nos deparar com o fato de que lidando com conceitos mais simples como honestidade, parentesco, honra, pecado, etc., existem equivalências em diversas línguas, p. ex., com as palavras marido, filho, dinheiro, mesa, etc.; no entanto, não existem para estruturas das quais não se dispõe de uma conceituação sócio-cultural prévia, o que acaba por determinar o “empréstimo” e, às vezes a “adaptação”, de palavras de outras línguas à língua mãe como é o caso de “record” (recorde), “marketing” (propaganda), “logos” (lógica), “abatjour” (abajur), “lingerie” (roupa íntima), “hanburg”, “best seller”, “pizza”, etc.; o mesmo ocorre, p. ex., com os norte-americanos e italianos que não tem um vocábulo equivalente a palavra “saudade”, da língua portuguesa. Portanto, a codificação é possível desde que entendamos que a tradução se dá por meio da apreensão do significado e não da exata equivalência das palavras.

3. “As línguas diferem entre si ilimitadamente e de modos imprevisíveis.” Discuta esta afirmação fazendo referência específica à teoria chomskiana dos universais lingüísticos.

Para Chomsky, o meio pelo qual é possível aumentar as possibilidades de codificações depende “(...) do fato de que as línguas são regidas por regras [e isto é mais óbvio em relação à gramática](...)” que irão ser determinantes no processo de “(...) conscientização de que as teorias de aprendizado existentes não (...) são “(...) capazes de dar conta, adequadamente, da aquisição [e o uso criativo] de sistemas regidos por regras, com a propriedade da produtividade.” (op. cit.), uma vez que os fatores culturais impõem conceituações bastante particulares à linguagem. Os significados atribuídos a cada palavra possuem uma representação psico-cognitiva muito particular a cada grupo social, de modo que a “(...) estrutura gramatical da língua materna (...)” passa a necessitar “(...) tanto de explicação quanto o processo de combinar o significado de uma palavra com a respectiva forma; (...)” (op. cit.). É por isto que “(...) a natureza da linguagem e o processo de aquisição da linguagem (...) possui , (...) características tais que os torna inexplicáveis a não ser com base no pressuposto de que existe uma faculdade inata de aquisição da linguagem.” fazendo da “(...) faculdade da linguagem (...)” uma “(...) capacidade exclusivamente humana e geneticamente transmitida, (...)” (op. cit.).

4. Que distinção você faria, se fizesse, entre uma tradução literal e uma tradução livre? Você pode dar uma definição precisa do termo “literal” neste contexto?



Tomando por base as conceituações implicadas no significado dos termos literal (“1. *Conforme à letra do texto*, 2. *Exato, rigoroso*”; cf. o dicionário da língua portuguesa) e livre (“13. *Desregrado*, [...], 14. *Sem limites*; (...); também cf. o dicionário da língua portuguesa) a distinção que pode ser feita é que no primeiro caso a tradução se faz por meio da equivalência dos vocábulos; enquanto no segundo, esta se faz pela equivalência de idéias. A tradução literal fica obrigada a desenvolver-se conforme as regras gramaticais e utilizando palavras que sejam exatamente correspondentes às palavras do texto a ser traduzido. O aspecto difícil de tal procedimento ocorre quando determinadas construções gramaticais, bem como, palavras não encontram uma correspondência na língua para a qual está sendo traduzida, o que, às vezes, pode até mesmo inviabilizar uma tradução. Na tradução livre é possível criar adaptações, bem como, estruturas gramaticais que transmitem a idéia do texto. O que temos que considerar é que na realidade o que se faz não é nem uma tradução literal nem livre, e sim, uma interpretação (tomando por empréstimo palavras de outras línguas, quando não dispusermos de uma equivalente; e, estruturas gramaticais necessárias à construção de frases. Tudo isto segundo a compreensão, percepção, grau de cultura e experiência do tradutor); deste modo, uma tradução sempre conterà, de certo modo, as “crenças” e os “valores” de quem procedeu a tradução.

5. “A gama não igualada de traduções da Bíblia, incluindo como inclui, não somente as principais línguas do mundo, mas centenas de línguas “primitivas”, fornece uma riqueza de dados e de fundamentos de experiência nos problemas básicos de comunicação...” Por que a tradução da Bíblia é tão especial? Os pontos de vista teológicos fazem alguma diferença para o que conta, para ele, como tradução fiel? Faz-se, sob que aspectos?

Sendo a religião uma forma de transmissão de cultura, revelando normas e princípios adotados por uma sociedade, fica claro que sua importância reside no fato de possuir um conteúdo normativo, filosófico e moral. Assim sendo, a tradução da Bíblia, também conhecida como o “Livro da Lei”, interfere nos valores e crenças sociais que determinam o comportamento de uma sociedade. Os pontos de vista teológicos irão, por certo, interferir, uma vez que, como dito na questão anterior, “(...) *uma tradução sempre conterà, de certo modo, as “crenças” e os “valores” de quem procedeu a tradução.*” (op. cit.), assim sendo, os interesses políticos, filosóficos, familiares, religiosos e legais estarão expressos no texto compelindo a sociedade, a que a Bíblia em questão se destina, a utilizar e transmitir, inclusiva às novas gerações, os preceitos tido como socialmente adequados.

OBRAS CONSULTADAS:

Lyons, John. *Linguagem e lingüística, uma introdução*, Rio de Janeiro, Guanabara, 1992, cap. “A linguagem e a mente” e “Linguagem e cultura”.

Olson, David R. *O mundo no papel*, São Paulo, Ática, 1995, cap. “Teorias da escrita e da mente: de Levy-Bruhl a Scribner e Cole”.



Damatta, Roberto; *Conta de mentiroso – sete ensaios de antropologia brasileira*, Rocco, [19__] .

Dr. Maurício Aranha - Médico pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Especialista em Neurociência e Saúde Mental pelo Instituto de Neurociências y Salud Mental da Universidade da Catalunya; Pesquisador do Núcleo de Psicologia e Comportamento do Instituto de Ciências Cognitivas. E-mail: dr_mauricioaranha@yahoo.com.br

